

A GESTÃO ESCOLAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM UMA SOCIEDADE DE CLASSES

Mayara Soares da Silva¹; Simara Moura da Silva²

Resumo:

O presente trabalho objetiva-se por analisar com as políticas públicas interagem com a gestão; refletir criticamente sobre as políticas públicas e sua distribuição. As políticas públicas existem para suprir a necessidades da população de atendimento social; e organização das esferas econômicas visando o atendimento da comunidade em geral e bem-estar da população, essas se desenvolvem com a distribuições recursos, divididos em três modalidades distributivos, redistributivos e relatórios. As políticas públicas vinculadas a educação devem assegurar que a mesma contribua para a formação integral do indivíduo. A distribuição destas é feita de maneira desigual a partir do momento que são repassadas contribuições de todas as esferas da sociedade para torna-se um patamar de igualdade a distribuição para as classes mais pobres deveria vir a partir do investimento das classes mais ricas. As políticas públicas são uma forma de assegurar a efetivação da cidadania, porém vivemos numa sociedade de classes que não permite a efetivação concreta das mesmas.

Palavras-chave: Gestão escolar. Políticas públicas. Sociedade de classes.

Introdução

Para a consistente efetivação de uma educação pública de qualidade voltada ao ensino-aprendizagem das massas são necessárias políticas públicas

¹ Graduanda do curso de licenciatura plena em pedagogia, Universidade Regional do Cariri-URCA, cursando especialização *latu-senso* em gestão escolar, may-ara-soares@hotmail.com.

² Graduanda do curso de licenciatura plena em pedagogia, Universidade Regional do Cariri-URCA, cursando especialização *latu-senso* em gestão escolar, simaramoura17@gmail.com.

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

*05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri*

voltadas para este campo que possibilitem a execução desse serviço. Refletindo a esse respeito foi pensado no presente trabalho que se objetiva por refletir criticamente a respeito das políticas públicas educacionais; analisar como as políticas públicas agem com a gestão escolar.

Esta pesquisa possui um caráter bibliográfico, no qual de acordo com Gil (2010, p. 30) estas modalidades de pesquisa “[...] são elaboradas principalmente com base em material já publicado, as pesquisas referentes ao pensamento de determinado autor e as que se propõem a analisar posições diversas em relação a determinado assunto. ” Desta forma a este trabalho compete analisar em caráter bibliográfico o serviço das políticas públicas ligadas a gestão escolar.

Justifica-se essa pesquisa pela necessidade de esboçarmos a situação em que a gestão escolar se encontra frente aas dificuldades existentes em nossa sociedade atual que se faz composta de diferentes realidades sociais, as quais a escola pública convive todos os dias e as políticas necessárias para a manutenção da mesma.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.

Existe uma distinção entre as políticas e as políticas públicas. A política conforme Foucault (1979), pode ser praticada por todas as pessoas todos os dias pois, diante de cada conflito as pessoas precisam decidir, a mesma tem o caráter decisivo que os indivíduos tendem a tomar no dia-a-dia, e essas possuem caráter subjetiva, ou não, e fazem parte da organização social, conforme Oliveira (2010, p. 3) “é importante dizer que os grupos de interesse, organizados socialmente, traçam estratégias políticas para pressionaram o governo a fim de que políticas públicas sejam tomadas em seu favor”.

Já as políticas públicas são divididas em três grupos; distributivas, redistributivas e regulatórias. Cabendo as distributivas as ações de distribuição e regulação de serviços, as redistributivas implicam a divisão de renda para as condições sociais, segundo Oliveira (2010 p. 3):

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

Do ponto de vista da justiça social o seu financiamento deveria ser feito pelos estratos sociais de maior poder aquisitivo, de modo que se pudesse ocorrer, portanto, a redução das desigualdades sociais. No entanto, por conta do poder de organização e pressão desses estratos sociais, o financiamento dessas políticas acaba sendo feito pelo orçamento geral do ente estatal (união, estado federado ou município).

Sendo assim solicitadas da população em geral, e redistribuição de impostos cobrados a toda a população. As políticas regulatórias são responsáveis pela regulamentação das políticas públicas tanto de as de cunho redistributivo como as distributivas.

No Brasil o desenvolvimento educativo inicia-se com o processo de catequização indígena, e a educação como forma de repassar conhecimentos acontecia somente para os filhos da elite que iam estudar fora do país, acordo os autores supracitados (2015, p. 2) “o Brasil teve um desenvolvimento tardio em matéria de educação. A herança colonial, o legado jesuítico, o descaso para com a escolarização das massas, entre outros motivos [...]”.

Do ponto de vista educacional competem as políticas públicas uma implantação de estratégias e financiamento de uma educação de qualidade que proporcione ao educando a formulação de uma consciência e crítica e que o mesmo seja um cidadão atuante em nossa sociedade, competindo assim a demanda a qual a sociedade necessita e fornecendo suporte adequado. Na contramão disto, de acordo com Paro (1999, p. 300) os governantes “ referem-se à quantidade, ressaltam que não há carência de escolas, visto já estar sendo atendida quase toda a população”, porém, o erro desta afirmativa está na simples palavra “quase”, cujo significado etimológico “[...]em que há uma pequena diferença para menos” e segundo o autor supracitado (1999), é nesta que ficam milhões de filhos de cidadãos sem a escolaridade e assim “à margem do benefício da civilização” (p. 300).

O que a sociedade espera da escola pública é que ela seja de qualidade e direito de todos, mas infelizmente no Brasil a escola pública em vários estados

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

do país deixa a desejar e as políticas públicas estão para garantir o direito à cidadania de ter acesso à educação. Conforme Ferreira e Nogueira, (2015, p. 102-103).

[...]Para alcançar esses objetivos, ou seja, uma escola comum que efetivamente cumpra com os objetivos propostos na Constituição Federal (Art. 205 - visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho), políticas públicas são lançadas, como forma de fazer com que o comando legal atinja o seu objetivo[...]

Desta maneira precisamos de uma educação de qualidade que possa alimentar esta transformação de pensamento social e político, podendo assim serem tomadas decisões de cunho crítico-participativo, segundo Bruel (2012, p. 63-64),

[...] a educação para a democracia é mais do que uma exigência legal é, como afirma Paro (2007, p. 32), uma exigência histórica e cultural de formação humana, tanto do ponto de vista do “desenvolvimento pessoal e formação da personalidade individual quanto para a convivência livre entre grupos e pessoas e a solução dos problemas sociais [...]

Para a construção desta educação democrática necessita-se de uma gestão democrática que esteja atenta às demandas da escola conforme a constituição federal de 1988, que conforme o autor supracitado (2012, p. 64) “ é resultado de reivindicações sociais, que exigiram uma nova perspectiva para a educação baseada na expectativa de negação e superação das formas autoritárias [...]”. Contrariamente ao que é estipulado na constituição temos uma escola que de acordo com Apple (2002 p. 184) existem “[...] conexões que tem seu efeito sobre a escola e na realidade, contribuem para construí-la como um local de conflito de classe, raça e gênero[...]”.

Logicamente este não é um fato generalizado Apple (2002, p. 181) nos diz que “[...]também igualmente certo que há condições materiais ideológicas que fornecem as condições materiais e ideológicas que fornecem as condições de existência de boa parte da nossa formação social [...]”, porém considerando os aspectos de desenvolvimento que competem a interação social dos

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

indivíduos, considerando a realidade com a qual algumas escolas se encontram por conta da marginalização de seu público ela passa a ser um ponto de referência e formação crítica destes futuros cidadãos.

Para efetivar o funcionamento da escola pública, é investido pelo estado uma quantidade orçamentaria, como afirma Bruel (2002 p. 68):

A CF de 1988 determinar uma vinculação orçamentária de recursos para a educação, o que significa garantir que um percentual mínimo dos impostos arrecadados pelas esferas do governo esteja atrelado ao investimento em educação. É importante destacar que os recursos financeiros utilizados para compor o orçamento público podem ter origem em impostos, taxas e contribuições sociais, mas o percentual vinculado à educação refere-se apenas aos recursos arrecadados por meio de impostos.

Esta torna-se desigual a medida que como foi citado acima o ideal é que esta redistribuição acontecesse a partir de impostos cobrados as camadas de maior poder aquisitivo e não de todas as esferas sociais, vemos assim que apesar de as nossas leis garantirem que seja realizado uma redistribuição a mesma ainda é desigual socialmente.

CONCLUSÕES:

As políticas públicas são uma forma de assegurar os direitos da cidadania, visando alcançar os objetivos que “[...] a Constituição Federal define a competência da União, dos Estados e Municípios e estabelece a necessidade da organização de seus sistemas de ensino em regime de colaboração (Art. 211)” (Ferreira & Nogueira, 2015, p. 103).

Porém, vivemos uma realidade de resquícios da educação colonial, para as elites, apesar de termos atendido a chamada democracia, na qual a gestão escolar precisa desenvolver-se de maneira a desenrolar situações de má distribuição de recursos tornando-se vítimas dos governantes, sendo que isto não deveria acontecer, conforme Souza (2003, p 27) citado por Bruel (2012 p. 67) “ as instituições, como as escolas, são historicamente desconhecedoras do poder que realmente têm. Ou, ainda, são desconhecedoras do que representa a autonomia coletiva, a autonomia social”.

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

Referências:

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto; PEREIRA, Elson Bastos. **POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO E GESTÃO ESCOLAR NO BRASIL: COMPASSOS E DESCOMPASSOS**. Curitiba: Rev. Diálogo Educ., 2016. Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd1=16103&dd2=8731&dd3=pt..

APPLE, Michael W. **EDUCAÇÃO E PODER**/ Michael W. Apple; trad. De Maria Cristina Monteiro- Porto Alegre: Artes Médicas, ed 2º, 2002.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**-Curitiba: InterSaberes, 2012.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel; NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. **IMPACTOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO COTIDIANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Belo Horizonte: Revista Arquivo Brasileiro de Educação, vol 3,2015. Disponível em: <http://200.229.32.55/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/P.2318-7344.2015v3n5p102/9314>.

GIL, Antônio Carlos. **COMO ELBORAR UM PROJETO DE PESQUISA**. Ed. 5 º. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Ana Cristina Prado de. **POLÍTICA PÚBLICA E GESTÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Jornal de Políticas Educacionais, 2013. Disponível em: revistas.ufpr.br/jpe/article/viewFile/31530/23326